

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: DEP GENAL
 Data: 12/07/2003 Pg. A12
 Class.: 75

ONGs querem ajudar a fiscalizar mata atlântica

Ibama discute parceria com entidades para reforçar equipe de 650 fiscais

LIANA JOHN

Parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) podem reforçar o reduzido contingente de 650 fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) responsável pelo controle da mata atlântica, que se estende por 17 Estados, do Rio Grande do Sul ao Piauí, com trechos que chegam até Mato Grosso do Sul e Goiás. A proposta foi discutida durante a semana, num encontro encer-

rado ontem em Tamandaré, Pernambuco.

Coordenado por Flávio Montiel, diretor de Proteção Ambiental do Ibama, o evento contou com a participação de gerentes regionais, chefes de fiscalização e técnicos do instituto e do Ministério do Meio Ambiente. A sociedade civil foi representada por cerca de 60 membros da Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), da qual fazem parte 260 entidades.

“As ONGs têm pessoas qualificadas e podem ajudar os fiscais na localização de desmatamentos ou agressões ambientais, no monitoramento, na avaliação da extensão dos danos e, às vezes, até fornecendo mapas ou outros documentos de apoio”, disse Geo-

vana Cartaxo, coordenadora da comissão da RMA no encontro. “Mas o fundamental é garantir a transparência de todo o processo de fiscalização ambiental, com acesso fácil, via internet por exemplo, de modo que qualquer cidadão possa contribuir e acompanhar as ações. Ganham o Ibama e a sociedade.”

As principais sugestões da RMA foram a criação de câmaras técnicas consultivas, de programas de capacitação de agentes ambientais voluntários e de meios de facilitar o acesso público a informações. Montiel

lembrou que a Lei 10.650, editada em abril, já garante ao cidadão o acesso a dados e informações produzidos por órgãos e entidades ligadas ao Sistema Nacional do

Meio Ambiente (Sisnama), entre os quais o Ibama e órgãos ambientais estaduais e municipais.

O diretor disse ainda que o Centro de Monitoramento Ambiental,

que está sendo montado pelo governo, permitirá a fiscalização em tempo real de desmatamento e queimadas na mata atlântica e na Amazônia. **(Colaborou Sandra Sato)**

**LEI DE ABRIL
 GARANTE
 ACESSO A
 DADO OFICIAL**